

**ATA N.º 6/2018
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 15 DE MARÇO DE 2018**

-----Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOSÉ JORGE COUTO VALA, achando-se presentes os Vereadores Senhores, RUI FERNANDO CORREIA MARTO, MARCO PAULO BARBOSA LOPES, EDUARDO MANUEL FERREIRA AMARAL, FERNANDO MANUEL MARQUES AMADO, TELMA CRISTINA RODRIGUES DA CRUZ E SOFIA MARGARIDA AMADO PEREIRA CAETANO.-----

-----A reunião foi secretariada por Rogério Paulo Fernandes Nunes.-----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**1. APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Após análise da ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada na sua redação final.-----

-----**2. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA** – Presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia catorze do mês março existindo as seguintes disponibilidades:-----

-----Em operações orçamentais e em dinheiro – dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e sete cêntimos;-----

-----Em operações não orçamentais – seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis euros e noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos;-----

-----Em documentos – nove mil setecentos e noventa e sete euros e noventa cêntimos. --

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara

-----O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dizer que pretendia referir-se a alguns assuntos e atividades que ocorreram entre as reuniões do executivo. Informou que foram concluídas as sessões de esclarecimentos sobre a limpeza de terrenos e dos fogos florestais, nas dez freguesias do concelho, tendo a do dia anterior contado com a presença da GNR e com elementos do SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente, tendo ainda referido a este propósito que a partir de hoje os GIPS já vão estar no terreno e o SEPNA nesta última semana já trabalhou nas mesmas condições que os GIPS, pois a CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria ofereceu a esta força policial 5 tablets e os equipou com os devidos programas.

-----Prosseguiu a sua intervenção para informar que a Base de Alcaria irá estar operacional vai ter um helicóptero sedado ali a tempo inteiro e a equipa vai ser reforçada com mais três militares. E nesta fase aquele grande contingente está em “stand by” por assim dizer uma vez que os quinhentos homens não sobram os tais mais 50 ou 60 não chegam para fazer uma equipa de reserva que eles queriam de um lado para o outro uma base de reserva de maior dimensão. Informou que o município continua interessado em que aquela base tenha a dinâmica necessária, mas também a GNR tem interesse estratégico nesta base, pois é a primeira a norte de salvaguarda à falha tectónica de Lisboa.-----

-----Falou também de questões relacionadas com as limpezas de faixas de gestão de combustível nos Municípios, tendo informado que irão ser comparticipadas a 100% pelo estado central, portanto o município tem 3 quilómetros para fazer, não é muito mas as faixas que estão no nosso Plano de Defesa Contra Incêndios da Floresta, irão ser pagos mais 1.500,00 € por novas instalações e mais 1.050,00 € pela manutenção, sendo que o prazo para execução destes trabalhos foi alargado para 30 de junho.-----

-----De seguida referiu-se à Sessão de “*Ação de Sensibilização sobre Segurança contra incêndios nos Espaços Associativos*” a realizar no cineteatro Municipal, no próximo dia 21 de março na qual o município convidou todas as juntas de freguesia, todas as Associações: a sessão irá contar com a intervenção e apoio do futuro coordenador Municipal da Proteção Civil, assim como a restante equipa do Município que está a trabalhar nesta área.-----

-----Referiu-se ainda à inauguração do novo espaço onde funcionava a ecoteca, em Porto de Mós, que mudará de nome e de atividade, às atividades desenvolvidas pelo Município no âmbito da Semana Santa, que terá a sua apresentação no castelo no dia seguinte à reunião e ao projeto de arborização que terá lugar em Fontainhas, freguesia de S. Bento, no próximo dia 24 de março.-----

-----Continuando com a sua intervenção, o Senhor Presidente informou o executivo que o Município havia sido notificado do processo judicial interposto pela empresa ACF – Arlindo Correia & Filhos, S.A., adjudicatário da empreita da obra da “Central Termoelétrica”, contra o Município de Porto de Mós que se consubstancia num pedido de indemnização avultado da empresa ao Município.-----

-----Informou que o Município ira contestar no tribunal a respetiva ação, tendo informado que não trouxe o processo à reunião, mas todos o poderão consultar, com a legitimidade que têm para o efeito.-----

-----Relativamente à questão do Ensino profissional no concelho, assunto já abordado noutras reuniões do executivo, o Senhor Presidente da Câmara informou que teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Educação Dr. João Costa, na sequência da uma intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dra. Alexandra Leitão. Sobre este tema o Senhor Presidente disse que pretende esclarecer bem este assunto para não haver confusões sobre esta matéria. Informou que a referida reunião com Secretária de Estado, foi também em consequência de um pedido do Instituto Educativo do Juncal, que manifestou grande preocupação com o seu futuro uma vez que está a suportar seis turmas neste momento que não são comparticipadas. A Secretária de Estado reiterou que tem uma política e que quer levar por diante esta política de não financiar mais o ensino regular privado e só financiou quatro turmas do 5.º ano ao Instituto Educativo do Juncal, porque estava contratualizado com o anterior governo, pois se assim não fosse não seriam financiadas. No seguimento deste processo, o executivo falou com o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, tendo este manifestado alguma preocupação, pois no momento não tem condições físicas para poder receber os alunos do Instituto Educativo do Juncal. Verificou-se no passado que dos cento e oitenta e quatro alunos que o IEJ perdeu, apenas 30 % vieram para Porto de Mós, os restantes foram para outras escolas.-----

-----Interveio a Senhora. Vereadora Sofia Caetano para questionar se perderam alunos do 5.º ano ou a partir do 10.º ano.-----

-----Volta a intervir o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a partir do momento que os pais perceberam que o IEJ não tinha contrato de associação para mais alunos, criou-se uma instabilidade e foram à procura de alternativas e a grande maioria foi para Alcobaça, por razões diversas, tendo o Município manifestado esta preocupação à Secretária de Estado e ela disse que é política deste governo a questão relacionada com as escolas privadas. No entanto o problema é que o Instituto Educativo do Juncal, apesar de ser uma escola privada tem umas instalações com trinta anos e socialmente o Juncal tem uma implantação e uma dinâmica que está muito associada ao Instituto, na qual tem mais ou menos sessenta funcionários.-----

----- Volta a intervir a Vereadora Sofia para perguntar em relação aos alunos que residem no concelho de Porto de Mós não tem a obrigatoriedade de vir para a escola sede no concelho. --

----- Volta a intervir o Senhor Presidente da Câmara para dizer que independentemente disso a Senhora Secretária de Estado disse objetivamente que o IEJ a médio prazo é para fechar e que há uma solução o Governo da mesma forma que tem aquela política para o ensino assim chamado de regular ser público também tem abertura para que o ensino profissional seja privado/contratualizado e pediu para que o próprio município estimulasse o Instituto Educativo do Juncal, no sentido de alocar nas suas instalações ensino profissional, que é um objetivo programático deste executivo municipal, como todos sabem e era uma forma de atingir este objetivo sem qualquer custo para o Município, mas tão só apoio logístico. Assim o IEJ teria de alguma maneira de se adaptar a esta nova realidade, como comprar alguns equipamentos, para ficar com alguns cursos nomeadamente mecatrónica, informática, hotelaria, moldes e pedra/cerâmica, por isso neste momento o referido instituto fez a candidatura nestas áreas. Sobre o futuro de distribuição de turmas do ensino profissional ainda não há resultados pois há efetivamente sessenta e uma turmas para distribuir, mas apesar das reuniões ocorridas com todos os parceiros envolvidos, em Leiria, ainda não há decisões finais sobre este assunto.-----

----- Volta a intervir a Senhora Vereadora Sofia Caetano para questionar se é já para arrancar novo ano letivo. O Senhor Presidente responde que sim. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós vai continuar a ter os cursos profissionais que tinha, só que já não tem capacidade para novos cursos, por isso o Instituto Educativo do Juncal tem muito boas condições para o efeito, como é o caso da cozinha e anexos, e é de bom-tom que o Instituto Educativo do Juncal não feche e isto deverá ser uma preocupação de todos. -----

----- Prossequindo a sua intervenção referiu-se ao evento apoiado pelo Município o “*Juncal Jazz*” considerando que esta iniciativa cultural está a correr muito bem.-----

----- Em relação ao evento cultural de teatro promovido pelo Município “*Teatremos*” disse que está também a decorrer de forma muito positiva, informando que a entrada nos espetáculos neles incluídos é livre.-----

----- Informou ainda que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós está a ser deslocalizada para o espaço social do Município, localizado no Edifício da Cercilei, no lugar de Anaia. -----

----- A Senhora Vereadora Sofia Caetano considera que o edifício se situa longe para as pessoas que não têm transporte. -----

----- Volta a intervir o Senhor Presidente para dizer que as pessoas são as mesmas que vão ao espaço social e não deixavam de lá ir. Outra questão é que não há outras instalações para colocar os colaboradores da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pois dos existentes nenhum serve porque é no centro da vila e os utentes ficam muito expostos, o que se deve evitar.-----

----- Em relação à Loja do cidadão, informou que se está a aguardar o parecer de algumas entidades envolvidas, existindo apenas o da Segurança Social e das Finanças. -----

----- No seguimento da sua intervenção o Senhor Presidente informou que o Município tem um princípio de acordo com a DGEST para atribuição ao Município por parte daquela entidade o valor de sessenta mil euros para realizar obras referente a uma cobertura na Escola Secundária de Mira de Aire, para a prática da Educação física, informando ainda que o valor total da obra poderá ser maior, conforme orçamento já preparado, que o valor do financiamento, pelo que terá que ser o Município a suportar a diferença dos valores. Espera que aquela entidade possa enviar o protocolo dentro da brevidade possível para que possa ser presente à reunião da Câmara e posterior execução da obra, sendo que é condição que o Município seja o dono da obra. -----

-----Referiu-se de seguida a algumas reuniões que manteve com responsáveis da EDP - Energias de Portugal, S.A., tendo aquela empresa garantido que, dentro do programa deles e dentro de alguma pressão do Município, que irão ser eliminadas, até ao final de 2019, todas as luminárias de vapor de mercúrio e substituídas por “leds”, como era seu desejo. Assim em 2018 serão eliminadas pelo menos 677 luminárias e no ano seguinte as restantes, até perfazer 1360, tendo apresentado um mapa previsional de trabalhos a realizar no concelho.-----

-----Informou ainda o executivo que o Senhor João Carlos Ferreira está a trabalhar na Câmara desde o início de março, a desempenhar o cargo de adjunto do Presidente e está a fazer a ligação com os eventos, escolas, também a interligação com o estaleiro municipal / oficinas e fica ainda a dar apoio ao Senhor Vereador Eduardo Amaral, no âmbito de eventos desportivos, culturais e de outra índole onde que o Município organize ou patrocine.-----

-----Interveio o Senhor **Vereador Eduardo Amaral** para dizer que o Senhor João Carlos Ferreira fica a dar apoio nos eventos, escolas, colaboração na parte da eletricidade e a colaborar com o encarregado geral e noutras áreas. Informou ainda que o município que vai aderir à “*Hora do Planeta*” desligando a luz num gesto contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Em relação a este evento disse que a ideia inicial era apagar as luzes de todo o concelho, no entanto por razões diversas, especialmente a segurança de pessoas e bens, vai ser só nos centros das vilas do Juncal, Porto de Mós e Mira de Aire, que se vão pagar as luzes na noite de 24 de março.-----

-----Interveio o Senhor **Vereador Rui Marto** para referir ao que foi dito pelo Senhor Presidente. Em primeiro lugar, espera que a Loja do cidadão seja uma realidade e como ele tem por experiência que as entidades demoram muito tempo a responder, portanto tem que haver aqui algum trabalho de insistência e alguma paciência da parte do executivo. Disse ainda que acha bem a mudança da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do edifício das “Docas” para a loja social, por razões de dignidade e segurança dos próprios utentes, assim como para os técnicos, para as próprias crianças assim como para toda a gente. No que se refere à questão da obra da “Central termoelétrica” diz que lhe deixa alguma apreensão, embora esteja confiante que tudo esteja bem fundamentada, apesar de manter preocupação com o processo.-----

-----Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a empresa adjudicatária da obra da “central termoelétrica” tem um bom escritório de advogados a trabalhar para ela, pois todas as obras que a empresa ganhou estão em tribunal. Informou ainda e sobre o mesmo assunto que se está a ultimar com a empresa Implenitus, Lda. o caderno de encargos ajustado no sentido de lançar de novo o concurso para ultimar as obras, embora esteja consciente que a mesma não vá ser adjudicada pelo mesmo valor que foi com a empresa ora litigante, mas sim muito acima.-----

-----Volta a intervir o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que o processo “ensino Profissional no concelho ” foi bem explicado pelo Senhor Presidente e que os cursos elencados para ministrar serão importantes para os alunos e empresas do concelho e concelhos envolventes. No entanto diz que não poderá esquecer que o desvio de alunos para o Juncal poderá também causar problemas com falta de alunos na Escola Secundária de Porto de Mós e, portanto desvia-se um problema social da Freguesia do Juncal, para a sede do concelho, o que considera deverá ser evitado.-----

-----Concluindo disse que acha bem o apoio ao ensino profissional no Instituto Educativo do Juncal mas é preciso ter cuidado com o ensino regular.-----

-----Ainda na sua intervenção o Senhor vereador referiu-se ao pretense protocolo para transferir 60.000, 00 € para a execução de obras na Escola Secundária de Mira de Aire, diz que acha bem e aprova, no entanto é necessário muito cuidado com a qualidade da construção ali a edificar.-----

-----No que se refere à EDP disse que acha positivo o plano de intervenções apresentado, no entanto diz que há muitas dificuldades em trabalhar com esta empresa e a sua experiência

enquanto vereador do pelouro é muito negativa, pois há sempre muitos problemas para tratar, mas a empresa, claramente não cumpre a sua missão / função, nomeadamente com o acender e pagar das lâmpadas de iluminação pública. Disse ainda que, considerando que o contrato de concessão em baixa tensão durará até ao ano de 2021 deverá haver cuidados reforçados na sua renovação, pelo que entende deverá haver uma posição concertada dos Municípios Portugueses através da ANMP ou pelo menos a nível local através dos Municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, para defender os interesses dos Municípios neste processo. -
-----Para terminar solicita um mapa com as escolas devolutas pois já há algum tempo que foi pedido.-----

-----O Senhor Presidente diz que já tem esse quadro e que o vai fazer chegar, ao vereador.-----

-----Voltou a falar o Senhor Vereador Rui Marto para dizer que não ficou convencido com o protocolo aprovado na reunião da Câmara realizada na freguesia das Pedreiras na cedência da Escola Primária da Cruz da Légua, pois houve uma deliberação em 2013, mas julga que não chegou a ser formalizado o referido protocolo, pelo que com esta nova deliberação de cedência poderá também não ter efeitos práticos no edifício escolar, pois neste e noutras cedências de edifícios tem que haver projetos bem estruturados para os locais, caso contrário o património municipal continua a degradar-se e a não ser devidamente aproveitado, conforme também havia sido referido pela intervenção do vereador Fernando Amado na citada reunião da Câmara Municipal.--

-----Para responder ao Vereador Rui Marto, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, para dizer que nas Pedreiras e de imediato não percebeu qual era o estabelecimento a que o Senhor Vereador Fernando Amado se referia, tendo percebido depois que era o antigo posto de turismo de Porto de Mós, tendo informado que está tentar junto da ADAE- Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, transformar aquele espaço uma loja do mundo rural como existe na Batalha, o Município cede o edifício, para a venda de produtos alimentares e artesanato do concelho, para o qual aquela entidade está licenciada para poder vender. -----

-----O Senhor Vereador Rui Marto interveio para dizer que houve atraso na remessa da documentação para esta reunião da Câmara, considerando que os procedimentos de remessa não poderão ser assim, pois não deixa tempo para os vereadores lerem e estudarem os assuntos agendados. -----

-----Para responder ao Vereador Rui Marto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que assume “*mea culpa*” porque a responsabilidade final é dele, dizendo que tudo irá ser feito, no futuro, para que tal situação não volte a ocorrer, pois a partir de agora se os Senhores Vereadores não conseguem preparar a documentação para os assuntos agendados, os mesmos não serão colocados na agenda para discussão, pois o executivo definiu regras depois de algumas chamadas de atenção e estas regras tem que ser implementadas custe o que custar. O Senhor Presidente da Câmara frisa que apesar de a documentação ir na véspera não é para esconder rigorosamente nada dos senhores vereadores, e, portanto, estão no seu legítimo direito de reclamar, pois não foi dado cumprimento aos prazos previstos no regimento da Câmara. -----

-----Interveio o Senhor Vereador Fernando Amado a questionar da falta de iluminação das passadeiras no centro vila de Porto de Mós, considerando que estão perigosas para os peões. De seguida referiu-se à situação da vila de Porto de Mós ter duas zonas desportivas em locais diferentes, o que não vê em nenhuma das outras localidades, uma na zona alta de Porto de Mós que praticamente ninguém vai e que custa algum dinheiro e outra com piso sintético para futebol e para o ténis, questionando como é que o executivo pretende, no futuro, fazer em termos de prioridades neste domínio, pois considera não se justificar estas duplas zonas desportivas. -----

-----Para responder ao Vereador Fernando Amado, interveio novamente o Senhor Presidente para dizer que sobre a questão da iluminação das passadeiras, foi uma questão que foi abordada na reunião com a EDP e o Município vai ter que investir nesse âmbito e para o qual fica a boa nota.-----

-----Quanto à questão da Zona desportiva, diz que há ideias para aquela zona, no entanto neste momento, o executivo não tem capacidade para lá investir, pois tem outras prioridades. Disse que não gosta da zona das tasquinhas, pois aquilo é uma barraca, assim como não gosta do local de implantação do campo sintético. Considera que a ideia é colocar tudo o que se refere a futebol na atual zona desportiva alta, até porque tem condições físicas para o efeito e retirar do atual local o campo de relva sintética e alterar toda a envolvente das piscinas, com a deslocalização também dos apoios às tasquinhas, até porque a “central termoelétrica”, colide, em parte, com a zona desportiva, pelo que se devem definir muito bem os espaços, mas todas estas intervenções terá que ocorrer a longo prazo.-----

-----Interveio o Senhor Vereador Eduardo Amaral para dizer que estas obras que lá estão a ser feitas só estão assim pelo problema da “Central Termoelétrica”, porque não faz sentido que a obra que está ali num espaço como um todo, assim temos uma zona de ténis que não se desenvolve e estamos nós a fazer obras nessa zona, depois temos as tasquinhas no meio, isto para dizer que não podemos alargar as piscinas, apesar de terem cada vez mais utentes, depois temos os espaços de estacionamento e da prática das zonas de lazer e por isso vamos fazer o prolongamento do Parque Verde e repensar isto do campo de futebol porque só temos um clube e com todas as equipas na relva vai dar uma despesa muito grande e o campo nunca está em condições, nem temos cá em baixo condições para treinar, por outro lado aquele campo não tem condições para competições pois é sabido que os jogadores não podem ter contacto com o público e ali isso não acontece.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----I – DIVISÃO FINANCEIRA, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA-----

-----1. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO ANO 2017 - Deliberado aprovar o relatório.-----

-----2. SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA – Presente uma informação do Assistente Técnico, Senhor Luís Santos, no seguinte teor:-----

-----“Dando seguimento ao pedido feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Juncal para que analisasse a possibilidade de colocar sinalização de trânsito no acesso à Igreja do Juncal através da Rua da Escola (ver foto em anexo), porque tem-se verificado o estacionamento abusivo nesse local dificultando o acesso à igreja e à casa mortuária, nomeadamente na altura dos funerais, após visita à zona sugiro o seguinte.-----

-----Que se coloque um sinal de Trânsito Proibido acompanhado por um Painel Adicional com a indicação de “Exceto a Veículos Autorizados” conforme a foto indica.-----

-----A autorização para o acesso ao local será automaticamente definida na reunião do executivo que autoriza a colocação dos sinais. Essa autorização sugiro que seja logo dada ao veículo do pároco, aos veículos de serviço fúnebres, aos veículos prioritários, aos veículos de pessoas com mobilidade reduzida com o dístico correspondente e aos veículos que executem trabalhos no local, cargas e descargas.-----

-----Informo também que a competência para definir essas regras é da Câmara Municipal e como tal deverá levar esta sugestão à reunião de executivo para a respetiva homologação, se Vossa Exa. entender por bem seguir este parecer técnico.-----

-----Alerto também de só ser necessário adquirir o painel adicional visto existir em armazém o sinal de Trânsito Proibido.”-----

-----Deliberado aprovar a proposta, com a definição das viaturas autorizadas.-----

-----**3.MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DO ANO DE 2018** – Deliberado tomar conhecimento.-----

-----**4. MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - 2.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018** – Deliberado tomar conhecimento.-----

-----**5. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PORPAV – ASSOCIAÇÃO DA CALÇADA PORTUGUESA** – Deliberado aprovar a proposta apresentada.-----

-----Submeter à Assembleia Municipal.-----

-----**6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE A PROVER CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU (CHEFE DE DIVISÃO FINANCEIRA, RECURSOS HUMANOS E GESTÃO ADMINISTRATIVA) – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO** – Deliberado aprovar a proposta.-

-----Submeter à Assembleia Municipal.-----

-----**II – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E LICENCIAMENTO URBANO**-----

1. PROCESSO N.º 06/2017/17, Pedro Marto - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda. NIPC: 503 726 940, requer o reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização da atividade industrial, do estabelecimento sito no lugar de Azoio, da freguesia de Pedreiras, o qual já foi objeto de indeferimento por deliberação de Câmara de 09-11-2017.-----

-----Deliberado aprovar a proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal e submeter à Assembleia Municipal.-----

-----**III – DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS MUNICIPAIS E AMBIENTE**-----

-----**1. AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA REFERENTE À EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SANTO ANTÓNIO / AVENIDA SÁ CARNEIRO"** – Deliberado aprovar a receção definitiva e libertar as cauções que serviram de garantia à execução dos trabalhos da empreitada.-----

-----**IV – DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO**-----

-----**1.APOIO FINANCEIRO À “CASA DO POVO DE PEDREIRAS”, NO VALOR DE 750,00 €, PARA A ORGANIZAÇÃO DA PROVA "5.º TRAIL SERRA DOS CANDEEIROS", QUE SE REALIZA NO PRÓXIMO DIA 30 DE MARÇO DE 2018** – Presente uma proposta do Vereador com o Pelouro do Desporto, Dr. Eduardo Amaral, no seguinte teor:-----

-----“O Trail Serra dos Candeeiros é uma prova mítica que a Casa do Povo das Pedreiras predispõe-se a realizar várias atividades desportivas e culturais a nível concelhio. Exemplo disso é o “Trail Serra dos Candeeiros” a quinta edição do mesmo será realizada no ano corrente, à freguesia de Pedreiras/concelho de Porto de Mós uma oportunidade de enriquecimento

sociocultural atraindo público adicional dando a conhecer a sua cultura e valores, e à Casa do Povo das Pedreiras uma conjuntura de crescimento auspicioso. -----

-----Atendendo ao misticismo que rodeia esta prova de **Trail Serra dos Candeeiros**, sendo uma oferta diversificada na promoção do atletismo no concelho. -----

-----Considerando o acima exposto assim, como o previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no seu capítulo IV, artigos 19, 20 e 21 proponho uma comparticipação de 750,00 €, como apoio à realização do “Trail Serra dos Candeeiros”, **organizada pela Casa do Povo das Pedreiras.** -----

-----À consideração de V.Exa.” -----

-----Deliberado atribuir uma comparticipação financeira no valor de setecentos e cinquenta euros. -----

-----**2.APOIO FINANCEIRO À “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE MENDIGA”, NO VALOR DE 2.500,00 €, PARA DESLOCAÇÃO À MADEIRA (MARÍTIMO (MADEIRA) – ARCD MENDIGA, QUE SE REALIZA NO PRÓXIMO DIA 14 DE ABRIL DE 2018** – Presente uma proposta do Vereador com o Pelouro do Desporto, Dr. Eduardo Amaral, no seguinte teor: -----

-----“**A Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Mendiga**, encontra-se a disputar o Campeonato Nacional de Futsal na Segunda Divisão. -----

-----Coube-lhe realizar o jogo no dia 14 de abril com a equipa do Marítimo (Madeira) – ARCD Mendiga (Campeonato Nacional de Futsal da 2.ª Divisão Série E –Fase Manutenção).-----

-----Atendendo aos esforço financeiro que representa este tipo de deslocações aos nossos clubes, pois cada deslocação tem um custo próximo de 6.000,00 €, sendo que a Federação Portuguesa de Futebol contribui com 25 %.-----

-----Acrescentando ainda a estadia e alimentações necessárias a toda a estrutura da equipa, bem como deslocações no local.-----

-----Atendendo aos custos inerentes, também há a oportunidade que representa para os jovens jogadores, **proponho** que seja atribuído um financiamento de 2.500,00 €, de forma a minimizar a despesa inerente a esta deslocação organizada **pela ARCD da Mendiga.**-----

----- À consideração de V.Exa.” -----

-----Deliberado atribuir uma comparticipação financeira no valor de dois mil e quinhentos euros. -----

-----**V – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E JUVENTUDE** -----

-----**1 .REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE PORTO DE MÓS** – Deliberado aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos legais.-

-----**2.PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2018/2019** – Deliberado aprovar o Plano de Transportes Escolares.-----

-----**3. PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES** – Deliberado abrir discussão pública, durante trinta dias, para este regulamento. -----

-----**4. REQUISIÇÃO DE AUTOCARROS – RATIFICAÇÃO** – Deliberado ratificar a despesa apresentada/procedimentos.-----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** – A Câmara Municipal **deliberou, por unanimidade**, ao abrigo do n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente ata em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Ata.-----

